



**B9-0167/2024**

8.3.2024

## PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

apresentada na sequência de uma declaração do Vice-Presidente da Comissão /  
Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de  
Segurança

nos termos do artigo 132.º, n.º 2, do Regimento

sobre laços mais estreitos entre a UE e a Arménia e a necessidade de um  
acordo de paz entre o Azerbaijão e a Arménia  
(2024/2580(RSP))

**Pedro Marques, Tonino Picula, Marina Kaljurand, Sylvie Guillaume**  
em nome do Grupo S&D

**Resolução do Parlamento Europeu sobre laços mais estreitos entre a UE e a Arménia e a necessidade de um acordo de paz entre o Azerbaijão e a Arménia (2024/2580(RSP))**

*O Parlamento Europeu,*

- Tendo em conta as suas anteriores resoluções sobre a Arménia e o Azerbaijão, em particular as de 20 de maio de 2021 sobre os prisioneiros de guerra na sequência do mais recente conflito entre a Arménia e o Azerbaijão<sup>1</sup>, de 10 de março de 2022 sobre a destruição do património cultural no Alto Carabaque<sup>2</sup>, de 19 de janeiro de 2023 sobre as consequências humanitárias do bloqueio ao Alto Carabaque<sup>3</sup>, e de 14 de setembro de 2023 sobre o caso do Dr. Gubad Ibadoghlu, detido no Azerbaijão<sup>4</sup>,
  - Tendo em conta a quinta reunião do Conselho de Parceria UE-Arménia, em 13 de fevereiro de 2024,
  - Tendo em conta o Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República da Arménia, por outro<sup>5</sup>, que entrou plenamente em vigor em 1 de março de 2021,
  - Tendo em conta o Acordo de Parceria e Cooperação, de 22 de abril de 1996, entre as Comunidades Europeias e os seus Estados-Membros, por um lado, e a República do Azerbaijão, por outro<sup>6</sup>,
  - Tendo em conta a Carta das Nações Unidas,
  - Tendo em conta os princípios de base de 2009 do Grupo de Minsk da Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa (OSCE),
  - Tendo em conta a declaração trilateral da Arménia, do Azerbaijão e da Rússia, de 9 de novembro de 2020,
  - Tendo em conta o artigo 132.º, n.º 2, do seu Regimento,
- A. Considerando que, em 19 de setembro de 2023, o Azerbaijão lançou um ataque injustificado contra o Alto Carabaque de que resultaram várias centenas de vítimas, a morte de civis e a fuga da maioria da população das suas casas e desta região;
- B. Considerando que esta agressão militar foi precedida por um bloqueio de nove meses,

---

<sup>1</sup> JO C 15 de 12.1.2022, p. 156.

<sup>2</sup> JO C 347 de 9.9.2022, p. 198.

<sup>3</sup> JO C 214 de 16.6.2023, p. 104.

<sup>4</sup> Textos aprovados, P9\_TA(2023)0323.

<sup>5</sup> JO L 23 de 26.1.2018, p. 4.

<sup>6</sup> JO L 246 de 17.9.1999, p. 3.

imposto pelo Azerbaijão em 12 de dezembro de 2022 ao corredor de Lachin, única via terrestre a ligar a região do Alto Carabaque, de população maioritariamente arménia, à Arménia, assim como pela criação de um posto de controlo no mesmo corredor em abril de 2023, em violação da declaração trilateral de 9 de novembro de 2020 entre a Arménia, o Azerbaijão e a Rússia, um reforço do dispositivo militar em torno do Alto Carabaque e ao longo da fronteira com a Arménia e a adoção de uma retórica agressiva e provocatória pelos dirigentes do Azerbaijão;

- C. Considerando que as chamadas forças russas de manutenção da paz presentes no terreno no quadro da declaração trilateral de 9 de novembro de 2020 não intervieram para pôr termo ao bloqueio do corredor de Lachin imposto pelo Azerbaijão, para dar resposta à criação de um posto de controlo ou para se oporem à mais recente agressão militar do Azerbaijão;
  - D. Considerando que o recurso à força militar para resolver diferendos políticos constitui uma violação da Carta das Nações Unidas;
  - E. Considerando que a UE apoia plenamente a soberania e a integridade territorial da Arménia e do Azerbaijão, e apoia de uma forma ativa os esforços envidados para resolver o diferendo do Alto Carabaque por meios pacíficos e no respeito pelos direitos das populações afetadas, nomeadamente graças ao trabalho do seu Representante Especial para o Cáucaso do Sul e a Crise na Geórgia e à mais recente ronda de conversações entre a Arménia e o Azerbaijão, mediada pelo Presidente do Conselho Europeu;
  - F. Considerando que a Arménia obteve progressos significativos em matéria de reformas relacionadas com a democracia e o Estado de direito; que o Azerbaijão tem prosseguido a repressão da sociedade civil, dos meios de comunicação social independentes e dos opositores políticos, designadamente em antecipação das eleições presidenciais de 7 de fevereiro de 2024;
1. Condena o uso reiterado da força nas relações entre a Arménia e o Azerbaijão e sublinha a necessidade urgente de prosseguir e intensificar os esforços para normalizar as relações entre os dois países e as suas populações e celebrar um acordo de paz abrangente e sustentável;
  2. Manifesta o seu apoio ao reatamento das conversações entre a Arménia e o Azerbaijão sobre todas as questões pendentes, com o objetivo de celebrar um tratado de paz, e exorta ambas as partes a permanecerem plenamente empenhadas numa resolução duradoura e pacífica deste litígio de longa data através do diálogo e da negociação; congratula-se com o empenho da UE em continuar a facilitar o diálogo entre todas as partes, a fim de garantir uma paz abrangente e sustentável que seja benéfica para todos os povos da região;
  3. Reafirma que um tratado de paz abrangente deve garantir os direitos e a segurança dos arménios do Carabaque e das populações arménias de outras zonas afetadas por conflitos; reitera, a este respeito, a sua firme condenação da agressão militar perpetrada pelo Azerbaijão contra o Alto Carabaque em setembro de 2023, violando os compromissos internacionais que o Azerbaijão assumira e contradizendo as declaradas intenções deste país de trabalhar em prol de uma paz sustentável com a Arménia, e

comprometendo também as negociações de paz entre a Arménia e o Azerbaijão;

4. Sublinha que a flagrante inação das chamadas forças russas de manutenção da paz presentes no terreno veio demonstrar inequivocamente o fracasso da Rússia, se não mesmo a sua flagrante falta de vontade política, quando se trata de proteger os direitos das populações locais do Alto Carabaque e assegurar o respeito pela declaração trilateral de 9 de novembro de 2020;
5. Apela ao Azerbaijão para se empenhar genuinamente num diálogo abrangente e transparente com os arménios do Alto Carabaque, a fim de assegurar o respeito dos seus direitos e garantir a sua segurança, incluindo o direito que lhes assiste de regressarem e viverem nas suas casas em segurança e com dignidade, e usufruírem das suas terras e bens imóveis, bem como o direito a manterem a sua identidade distinta e usufruírem plenamente dos seus direitos cívicos, culturais, sociais e religiosos;
6. Apela ao Azerbaijão para que reafirme o seu compromisso inequívoco para com a Declaração de Almaty, de 1991, que garante a integridade territorial da Arménia e do Azerbaijão, e aceite a delimitação da sua fronteira comum, em conformidade com o espírito e a letra da Declaração de Almaty de 1991;
7. Reitera o seu apoio ao reforço em curso da missão da UE na Arménia, bem como ao trabalho no sentido de ampliar o respetivo mandato a ambos os lados da fronteira entre a Arménia e o Azerbaijão, a fim de contribuir eficazmente para a segurança das pessoas e o reforço da confiança, e ajudar a evitar uma nova escalada militar e de violência nas fronteiras da Arménia;
8. Congratula-se com os progressos alcançados na aplicação do Acordo de Parceria Abrangente e Reforçado UE-Arménia, que demonstram o interesse e o empenho da Arménia em reforçar e aprofundar as relações com a UE, com base em valores comuns, incluindo os direitos humanos, o Estado de direito e a democracia;
9. Congratula-se com o lançamento dos trabalhos para uma nova Agenda da Parceria UE-Arménia, que estabelecerá prioridades comuns mais ambiciosas para a cooperação em muitos domínios de intervenção e apoia a ambição da Arménia de preparar um diálogo com a UE sobre a liberalização do regime de vistos;
10. Regista a suspensão, pela Arménia, do seu estatuto de membro da Organização do Tratado de Segurança Coletiva, em reação ao que considera ser a visível falta de assistência face a agressões de cariz militar;
11. Denuncia a contínua repressão de ativistas civis, meios de comunicação social independentes e opositores políticos no Azerbaijão, e que inclui a utilização abusiva de investigações criminais inventadas para abafar as críticas às autoridades e a dissensão política;
12. Exorta o Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, o Serviço Europeu para a Ação Externa (SEAE) e os Estados-Membros a condenarem as graves violações dos direitos humanos e da democracia no Azerbaijão, assim como a manifestarem preocupações concretas em todas as reuniões bilaterais e nas negociações sobre um futuro acordo de parceria;

13. Reitera a sua convicção de que a UE não pode moralmente aceitar a negociação de um futuro acordo de parceria com um país como o Azerbaijão, que viola de uma forma flagrante os princípios do direito internacional e as suas obrigações internacionais, e portanto não é um parceiro fiável nem digno de confiança; exorta, por conseguinte, o Alto Representante e o SEAE a suspenderem as negociações para um acordo de parceria renovado até que o Azerbaijão tenha demonstrado uma genuína disponibilidade para respeitar os direitos e as preocupações em matéria de segurança dos arménios do Carabaque, e tenha contribuído para a obtenção de progressos substanciais no sentido de um acordo de paz abrangente e sustentável com a Arménia, não só através de palavras mas sobretudo de atos;
14. Exorta o Conselho, à luz da contínua repressão interna no Azerbaijão e das ameaças contra a integridade territorial da Arménia, a manter-se na disposição de reconsiderar as relações da UE com o Azerbaijão e aplicar sanções direcionadas e específicas contra as autoridades azerbaijanas responsáveis; apela à Comissão para reponderar a «parceria estratégica» com o Azerbaijão no domínio da energia, face às repetidas violações pelo Azerbaijão dos seus compromissos internacionais, incluindo os compromissos assumidos nas conversações mediadas pela UE e as disposições vinculativas no quadro do direito internacional; regista que, à luz da agressão do Azerbaijão contra a Arménia em setembro de 2022, e do uso injustificado da força contra a população do Alto Carabaque e sua deslocação forçada em setembro de 2023, bem como do balanço alarmante do país em matéria de direitos humanos, o desenvolvimento dessa «parceria estratégica» é incompatível com os objetivos da política externa da UE, tal como definidos no artigo 21.º do Tratado da União Europeia;
15. Reitera que o aprofundamento da cooperação com o Azerbaijão deve estar sujeito ao respeito por este país dos seus compromissos enquanto membro do Conselho da Europa e da OSCE, e que a libertação de todos os presos políticos é uma condição indispensável para a assinatura de um acordo de parceria com a UE;
16. Encarrega a sua Presidente de transmitir a presente resolução ao Vice-Presidente da Comissão / Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança, ao Conselho, à Comissão, aos Governos e Parlamentos dos Estados-Membros, ao Conselho da Europa, à Organização para a Segurança e a Cooperação na Europa, bem como ao Presidente, ao Governo e ao Parlamento da Arménia e ao Presidente, ao Governo e ao Parlamento do Azerbaijão.